

Pelo texto, se a ANS não se manifestar no prazo, o tratamento será automaticamente incluído até decisão definitiva

A Câmara dos Deputados tem sessão marcada para esta segunda-feira (13), às 18 horas. Na pauta, está medida provisória que fixa prazo para Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) se manifestar sobre a inclusão de novos tratamentos a serem cobertos pelos planos de saúde ([MP 1067/21](#)).

Pelo texto, a ANS terá, após o pedido inicial, 120 dias, prorrogáveis por mais 60, para decidir pelo acréscimo ou não de itens à lista de cobertura obrigatória dos planos (medicamento, produto ou procedimento), chamada de Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.

Caso a ANS não se manifeste dentro do prazo, o tratamento será automaticamente incluído no rol até que saia uma decisão definitiva. O texto garante a continuidade da assistência iniciada mesmo se a decisão da agência for desfavorável à inclusão. Também prevê a realização de consulta pública e audiência pública se a matéria for considerada relevante.

A [MP 1067/21](#) altera a [Lei dos Planos de Saúde](#). Segundo o Ministério da Saúde, atualmente a ANS não tem prazo fixado para concluir o processo de inclusão de novos itens ao rol de procedimentos.

A medida provisória é uma alternativa do governo à [decisão de vetar o projeto do Congresso Nacional](#) que obrigava os planos de saúde a cobrirem os gastos com medicamentos de uso domiciliar e oral contra o câncer.

Outras propostas

Também estão na pauta de hoje os seguintes projetos de lei:

- PL 5991/19, do ex-deputado André Amaral, que institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão.
- [PL 3401/08](#), do ex-deputado Bruno Araújo, que disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica.
- [PL 4199/20](#), do Poder Executivo, que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem.
- PL 7352/17, do Senado, que determina a prioridade na tramitação de processos, em qualquer instância, relativos a atos de alienação parental.
- [PL 3819/20](#), do Senado, que estabelece critérios de outorga mediante autorização para o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.
- [PLP 27/20](#), do deputado [Arnaldo Jardim \(Cidadania-SP\)](#), que altera o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.
- [PL 4513/20](#), de deputada [Angela Amin \(PP-SC\)](#), que institui a Política Nacional de Educação Digital.
- PL 2148/15, do ex-deputado Jaime Martins, que prevê redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono.
- [PL 2405/21](#), do deputado [Gustavo Fruet \(PDT-PR\)](#), que altera o Fundo Nacional de Meio Ambiente para priorizar a aplicação de recursos em projetos de energia limpa e renovável.
- PL 2766/21, do deputado [Marco Bertaiolli \(PSD-SP\)](#), que regulamenta aplicação de multas por infração ao consumidor.
- PL 1417/21, do Senado, que prevê auxílio financeiro emergencial para santas casas e hospitais filantrópicos no combate à pandemia da Covid-19.
- [PL 239/07](#), do Senado, que tipifica o crime de furto de energia e sinais.
- PLP 32/21, do Senado, que regulamenta a cobrança do ICMS nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto.
- PL 3754/21, do Senado, que estabelece a Lei das Ferrovias.
- [PL 5875/19](#), da deputada [Carmen Zanotto \(Cidadania-SC\)](#), que dispõe sobre o conceito de racismo estrutural e o combate a essa forma de discriminação nas organizações públicas e privadas.
- PL 712/19, do Senado, que prevê subvenção econômica às concessionárias do serviço público de

distribuição de energia elétrica de pequeno porte.

- PL 1953/21, do Senado, que define percentual de arrecadação de loterias a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).

- [PDL 333/20](#), do deputado [Afonso Florence \(PT-BA\)](#), que susta portaria do Tesouro Nacional que estabelece prazos para a definição de rotinas e contas contábeis.

- PL 3322/21, da deputada [Lídice da Mata \(PSB-BA\)](#), que inscreve o nome de Adhemar Ferreira da Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

- PL 4363/01, do Poder Executivo, que estabelece normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.

- [PL 4728/20](#), do Senado, que trata de mecanismos para permitir a regularização fiscal e ampliar a possibilidade de instituição de acordos entre a Fazenda Pública e os contribuintes.

- [PL 265/20](#), das deputadas [Rejane Dias \(PT-PI\)](#) e [Tereza Nelma \(PSDB-AL\)](#), que assegura a realização de exames de detecção de mutação genética, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para o tratamento dos cânceres do colo uterino e de mama.

- [PL 4875/20](#), da deputada [Marina Santos \(PL-PI\)](#) e outros, que prevê auxílio-aluguel para vítimas de violência doméstica.

Fonte: Agência Câmara de Notícias, em 13.12.2021